

INDÍGENAS MOBILIZADOS EM DEFESA DA AUTONOMIA: RESISTÊNCIAS E ALIANÇAS COM OUTROS AGENTES SOCIAIS NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Adauto Santos da Rocha¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9458-5972>

RESUMO

Desde os primeiros meses da Guerra do Paraguai, ocorrida, oficialmente, entre 1864 e 1870, homens eleitos como potenciais recrutas pelos conselhos de qualificação (incluindo indígenas, negros libertos e camponeses) buscavam estabelecer diversos mecanismos para ausentarem-se das fileiras militares. Na copiosa massa documental analisada sobre a Província das Alagoas, encontramos diversas estratégias de burla utilizadas para livrarem-se dos recrutamentos: deserções, fugas para as matas, suspeitas de adoecimento, casamentos fictícios, constituição de redes protecionistas com senhores influentes, utilização de identidades falsas, conflitos diretos, elaboração de sofisticadas petições, dentre outras. Naquele contexto de incertezas, a possibilidade de manterem-se distante do *front* de batalha instituído no Cone Sul era um dos elementos mais disputados por potenciais soldados e correligionários. Portanto, neste artigo, pretendemos discutir como indígenas e outros atores sociais, em estreita atividade colaborativa, estabeleciam formas de minar os recrutamentos para as fileiras militares durante a Guerra do Paraguai. Muito além de meras vítimas passivas sob o comando dos recrutadores, indígenas da Província das Alagoas souberam articular mecanismos de resistência e expressar múltiplas formas de protagonismo ao longo daquele que há muito foi reconhecido como o maior conflito armado da América Latina.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Província das Alagoas. Recrutamentos Indígenas. Resistência. Negociação.

INDIGENOUS PEOPLE MOBILIZED IN DEFENSE OF AUTONOMY: RESISTANCE AND ALLIANCES WITH OTHER SOCIAL AGENTS IN THE PROVINCE OF ALAGOAS DURING THE PARAGUAYAN WAR (1864-1870)

ABSTRACT

From the first months of the Paraguayan War, which officially took place between 1864 and 1870, men elected as potential recruits by the qualification councils (including indigenous people, freed blacks, and peasants) sought to establish various mechanisms to absent themselves from the military ranks. In the copious mass of documents analyzed about the Province of Alagoas, we find several strategies of deception used to get rid of recruitment: desertions, escapes to the forests, suspicions of illness, fictitious marriages, constitution of protectionist networks with influential masters, use of fake identities, direct conflicts, elaboration of sophisticated petitions, among others. In that context of uncertainty, the possibility of staying away from the battle front established in the Southern Cone was one of the most disputed elements by potential soldiers and coreligionists. Therefore, in this chapter, we intend to discuss how indigenous people and other social actors, in close collaborative activity, established ways to undermine recruitment into the military ranks during the Paraguayan War. Far beyond mere passive victims under the command of recruiters, indigenous people from the Province of Alagoas knew how to articulate mechanisms of resistance and express multiple forms of

¹Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Efetivo de História e Culturas Indígenas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND) na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Vice-Líder do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). E-mail: adautorocha49@gmail.com.

protagonism throughout what has long been recognized as the largest armed conflict in Latin America.

Keywords: Paraguayan War. Province of Alagoas. Indigenous Recruitments. Resistance. Negotiation.

PUEBLOS INDÍGENAS MOVILIZADOS EN DEFENSA DE LA AUTONOMÍA:
RESISTENCIA Y ALIANZAS CON OTROS AGENTES SOCIALES EN LA PROVINCIA DE
ALAGOAS DURANTE LA GUERRA DEL PARAGUAY (1864-1870)

RESUMEN

Desde los primeros meses de la Guerra del Paraguay, que tuvo lugar oficialmente entre 1864 y 1870, los hombres elegidos como potenciales reclutas por los consejos de calificación (entre ellos indígenas, negros libertos y campesinos) buscaron establecer diversos mecanismos para ausentarse de las filas militares. En la copiosa masa de documentos analizados sobre la Provincia de Alagoas, encontramos varias estrategias de engaño utilizadas para librarse del reclutamiento: desertiones, fugas a los bosques, sospechas de enfermedad, matrimonios ficticios, constitución de redes proteccionistas con amos influyentes, uso de identidades falsas, conflictos directos, elaboración de peticiones sofisticadas, entre otros. En ese contexto de incertidumbre, la posibilidad de mantenerse al margen del frente de batalla establecido en el Cono Sur fue uno de los elementos más disputados por potenciales militares y correligionarios. Por lo tanto, en este capítulo nos proponemos discutir cómo los pueblos indígenas y otros actores sociales, en estrecha actividad colaborativa, establecieron formas de socavar el reclutamiento en las filas militares durante la Guerra del Paraguay. Mucho más allá de meras víctimas pasivas bajo el mando de los reclutadores, los indígenas de la provincia de Alagoas supieron articular mecanismos de resistencia y expresar múltiples formas de protagonismo a lo largo de lo que durante mucho tiempo ha sido reconocido como el conflicto armado más grande de América Latina.

Palabras clave: Guerra paraguaya. Provincia de Alagoas. Reclutamientos Indígenas. Resistencia. Negociación.

ELABORANDO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E AUTONOMIA

Do princípio ao fim da Guerra do Paraguai, potenciais soldados utilizavam dinâmicas e sofisticadas formas de burla dos recrutamentos para as hostes militares, desde deserções e confrontos com autoridades, até a constituição de redes de solidariedade com distintos atores sociais (Silva, 2015). Para o historiador Vitor Izeckson, o crescente “aumento no número de justificativas para as isenções e a diminuição do contingente voluntário” ficou conhecido na historiografia como “resistência da inércia”, ou seja, a utilização de estratégias legais para evitar ou retardar alistamentos para a guerra (Izeckson, 2009, p. 401). Um dos artifícios mais acessados por potenciais soldados era a utilização de prováveis adoecimentos (reais ou fictícios) para justificarem a não ida ao *front*, conforme discutiremos a seguir.

Em julho de 1867, o soldado Cecílio Francisco Romão solicitou dispensa do serviço de guerra antes mesmo de marchar à Corte. Alistado no Corpo de Polícia de Maceió, Cecílio alegava ser incapaz dos serviços militares por possuir um quadro de saúde muito fragilizado. Após ser submetido a uma averiguação médica sob as ordens do comando geral do Corpo de Polícia, o requerente foi

considerado inapropriado para atividades militares por ter “erisipela crônica na perna direita” e “fraqueza visual”². Ainda em 1867, um mês após a dispensa de Romão, médicos do corpo de polícia realizaram inspeções de saúde em outros aprisionados na capital provincial. Dessa vez, foram alvo da averiguação os soldados José Corrêa Paes e José Antônio. Após inspecionados, o primeiro foi julgado apto aos serviços das armas. Já o segundo, acabou sendo dispensado das atividades militares por “sofrer de hérnia inguinal direita”³.

No Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional de Maceió e Santa Luzia do Norte, em abril de 1866, um guarda denominado Inácio de Loiola Espíndola conseguiu aprovação para ser dispensado da marcha ao *front* por “motivo de moléstia”, comprovada mediante apresentação de atestado médico⁴. Isenções amparadas em doenças comprovadas apresentaram-se de variadas maneiras. Em janeiro de 1869, receando ser convocado para combater contra o Paraguai, João Pedro Xavier, Capitão Honorário do Exército, peticionou a José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província das Alagoas, solicitando uma avaliação clínica para averiguação de prováveis doenças que o impossibilitassem do serviço das armas⁵.

Após terem atendido o suplicante, os médicos Augusto Vitorino Alves Sacramento Black, Possidônio de Melo Acioli e Thomaz do Bom-fim Espíndola concluíram o seguinte: “padece de orquite crônica do lado esquerdo e estreitamento da uretra”. Com vistas ao quadro de saúde do requerente, o referido Capitão João Xavier não poderia “fazer viagem a cavalo, nem sujeitar-se por muito tempo à insolação sob pena de agravar-se a sua saúde”⁶. Tais condições clínicas, ao menos momentaneamente, livravam-no das fileiras do exército.

Contudo, conforme um historiador argumentou, “isenções e fugas só seriam bem-sucedidas se contassem com o concurso de uma rede de proteção bem organizada” (Izeckson, 2009, p. 401). Na Alagoas provincial, meses após ter sido submetido a uma avaliação médica e diante da constatação de invalidez permanente, um homem desprotegido foi enviado para a Corte juntamente com outros soldados recrutados⁷. Chamava-se Damião Gomes de Almeida e havia sido posto em liberdade pela Guarda Nacional em maio de 1867, pois, após inspeção realizada pelo cirurgião Policarpo José da

²Termo de Inspeção no soldado Cecílio Francisco Romão, alistado no Corpo de Polícia de Maceió. Assinado pelo médico José Antônio Bahia da Cunha. Maceió, 22 de julho de 1867. Disponível no acervo do APA. Caixa 2201.

³Termo de Inspeção nos soldados José Corrêa Paes e José Antônio, alistados no Corpo de Polícia de Maceió. Assinado pelo médico João Francisco Dias Cabral. Maceió, 03 de agosto de 1867. Disponível no acervo do APA. Caixa 2201.

⁴Ofício enviado por dirigentes do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional dos municípios de Maceió e Santa Luzia do Norte a Galdino Augusto da Natividade e Silva, Presidente da Província das Alagoas, reiterando a dispensa de um guarda recrutado para a Guerra do Paraguai por complicações de saúde. Maceió, 21 de abril de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

⁵Termo de Inspeção no Capitão Honorário João Pedro Xavier. Assinado pelos médicos Augusto Vitorino Alves Sacramento Black, Possidônio de Melo Acioli e Thomaz do Bom-fim Espíndola. Secretaria do Governo das Alagoas, Maceió, 30 de janeiro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 479.

⁶Ibidem.

⁷Ofício enviado por Antônio Moreira de Barros, Presidente da Província das Alagoas, a João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, informando ter recrutado um homem considerado inválido para a Guerra do Paraguai. Maceió, 07 de fevereiro de 1868. Disponível no acervo do APA. Caixa 5354.

Silva, foi considerado inapropriado a serviços militares por incapacidade física. Apesar do alívio circunstancial, uma reviravolta ocorreu na vida de Damião em fevereiro de 1868. Mesmo julgado inválido, Damião foi aprisionado e embarcado ao Rio de Janeiro no Vapor Paraná⁸.

Estrategicamente, para contornar os recrutamentos militares, diversos homens utilizaram supostas relações matrimoniais como forma de se isentarem das fileiras do exército e, circunstancialmente, construírem novas formas de autonomia. Conforme veremos, alguns deles, inclusive, apresentavam certidões fictícias. Na Vila da Mata Grande, casos de deserções por falsos casamentos aconteceram entre potenciais voluntários da pátria. Corria o mês de outubro de 1866 e Pedro Vieira Júnior, Comandante Superior da Guarda Nacional, responsável por designar e recrutar guardas na citada região, revelou ter sido surpreendido com um elevado número de designados que se retiravam para outras províncias e freguesias com a finalidade de obter certidões de casamentos forjados para burlarem os recrutamentos⁹.

Por ser localizada em uma região fronteira às Províncias de Pernambuco, Bahia e Sergipe, Mata Grande provavelmente servia como acesso direto a uma liberdade reconhecida pelo Estado através de matrimônios falsificados¹⁰. Na mesma região, em Água Branca, ao colocarem em prática a revista de pretensos soldados da 6ª companhia, autoridades locais ficaram perplexas com as artimanhas utilizadas por vários guardas nacionais para não serem alistados¹¹. Em Maceió, o recruta Azarias José de Oliveira simplesmente desertou saltando da janela do quartel e, em seguida, fugiu para uma região desconhecida. Após permanecer fora do alcance das autoridades por aproximadamente um ano, Azarias decidiu retornar à Maceió acompanhado de uma mulher idosa, com quem afirmou ter se casado há pouco mais de quatro meses¹².

A atitude do recruta, no entanto, fez emergir uma certa desconfiança por parte das autoridades na capital. Ao ser confrontado sobre a legalidade do matrimônio que afirmara ter contraído, Azarias não conseguiu evidências e/ou testemunhas suficientes para comprovar o enlace. Por tratar-se de um suposto casório enganoso, o recruta foi recolhido novamente ao quartel militar de Maceió para ser remetido à Corte, juntamente com outros aprisionados para a Guerra do Paraguai¹³.

⁸Ibidem.

⁹Ofício enviado por Pedro Vieira Júnior, Comandante Superior da Guarda Nacional da Mata Grande, a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, justificando a pouca efetividade dos recrutamentos de guardas para a Guerra do Paraguai. Comando Superior da Guarda Nacional da Mata Grande, 03 de outubro de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

¹⁰Ibidem.

¹¹Ofício enviado por Pedro Vieira Júnior, Comandante Superior da Guarda Nacional da Mata Grande, Pão de Açúcar e Porto da Folha, a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, justificando a pouca efetividade dos recrutamentos de guardas na Povoação de Água Branca para a Guerra do Paraguai. Povoação de Água Branca, 28 de novembro de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

¹²Ofício enviado por Manoel Sebastião, Subdelegado da Subdelegacia de Polícia de Maceió, a João Francisco Paes Barreto, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, afirmando ter aprisionado um desertor falsário para a Guerra do Paraguai. Maceió, 15 de junho de 1868. Disponível no acervo do APA. Caixa 729.

¹³Ibidem.

O caso de Azarias, apesar de certa peculiaridade, não representava uma completa exceção. De acordo com Francisco Doratioto, em tempos de alistamento, para não serem recrutados, era comum rapazes casarem-se com senhoras idosas com até o dobro das suas idades (Doratioto, 2022). Nesse sentido, não restam dúvidas, portanto, sobre como as alianças estabelecidas com outros atores sociais poderiam contribuir visceralmente para evitar a marcha de muitos designados aos campos de batalha no Cone Sul.

As fatídicas notícias da guerra, reportadas por intermédio de jornais e correspondências trocadas entre autoridades, escancaravam a calamidade social em que os soldados estavam imersos nos campos de batalha. Se nos quartéis praticavam-se crueldades contra os soldados, nos campos faltavam-lhes bens essenciais ao convívio em regiões inóspitas por tempo indeterminado, tais como vestimentas adequadas e calçados. Nos encharcados e insalubres campos entre o Império e o Paraguai, fome, frio e mortes também ocupavam lugar comum entre os combatentes (Doratioto, 2022, p. 129-132).

Em setembro de 1865, um crescido número de potenciais soldados da Província das Alagoas, após ser conhecedor das atrocidades e negligências cometidas pelos superiores nas unidades militares, havia desertado e fugido para as matas. Diante de tal afronta, Antônio Zacarias da Costa, Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional de Palmeira dos Índios, determinou a imediata composição de grupos autorizados a aprisionar os desertores e recrutá-los forçadamente¹⁴.

Nos casos em que soldados retornavam dos campos de batalha, péssimas notícias a respeito da guerra eram espalhadas com muita facilidade, prejudicando o recrutamento de novos voluntários. Em setembro de 1866, autoridades recrutadoras da Vila de Coruripe expressavam preocupação com a diminuição no quantitativo de alistados para a guerra. Indignado, José Bernardino de Lessa, Comandante da 5ª Companhia da Guarda Nacional na mencionada vila, escreveu: “não sei o que devo fazer a um povo amedrontado com as notícias correntes dadas por pessoas que da capital vem”¹⁵.

Recíprocos acordos de proteção e aliança, ao menos temporariamente, estabeleciam um período de tranquilidade na vida daqueles que se atreviam a abandonar a carreira militar para viver se ocultando em propriedades alheias. Em fevereiro de 1865, por exemplo, ao menos 12 desertores

¹⁴Ofício enviado por Antônio Zacarias da Costa, Tenente Coronel Comandante do 24º Batalhão da Guarda Nacional em Palmeira dos Índios, a Esperidião Elói de Barros Pimentel, Presidente da Província das Alagoas, informando ter encontrado dificuldades no recrutamento de guardas nacionais para a Guerra do Paraguai. Vila de Palmeira dos Índios, 20 de setembro de 1865. Disponível no acervo do APA. Caixa 1988.

¹⁵Ofício enviado por José Bernardino de Lessa, Comandante da 5ª Companhia da Guarda Nacional da Vila de Coruripe, a Miguel Arcaño dos Santos, Tenente Coronel Comandante do 18º Batalhão da Guarda Nacional da Vila de Coruripe, informando ter encontrado dificuldades no recrutamento de guardas nacionais para a Guerra do Paraguai. Vila Coruripe, 08 de setembro de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

armados guarneciam a fazenda de Fernandes Lima, Tenente da Guarda Nacional e contumaz acobertador na Vila de Anadia. Em troca, Fernandes Lima dava-lhes abrigo e proteção¹⁶.

Na Vila do Passo, ao ser aprisionado por ação recrutadora, José Jacinto, um importante fornecedor de canas, reclamou proteção ao dono do Engenho Livramento. Temendo redução na produção de açúcar em decorrência dos recrutamentos de fornecedores canavieiros, o proprietário do Engenho Livramento decidiu apadrinhar Jacinto, garantindo soltura e liberdade ao requerente¹⁷. Na Vila do Passo, assim como em outras regiões, numerosos grupos compostos por homens influentes desestimulavam futuros voluntários e atraíam para os seus círculos mais fechados apoios negociados com diferentes agentes sociais. Muitos deles, inclusive, viam nos campos e matagais pertencentes a senhores influentes, esconderijos de primeira ordem.

Em Pilar, considerável número de guardas se encontrava escondido de maneira muito eficiente em regiões ermas. Até mesmo os casados, temendo os desmandos de patrulhas sorrateiras, preferiam deixar o conforto do lar e se retiravam para as matas durante os períodos noturnos. Em outubro de 1865, Vicente Ferreira Gonçalves, então Tenente Comandante Superior da 5ª Companhia da Guarda Nacional em Duas Bocas, expressou indignação e desapontamento com as fugas protagonizadas por muitos designados para a guerra¹⁸.

Naquela localidade, Gonçalves encontrava diversos empecilhos para a realização de diligências em virtude do “apoio de vários protetores dos guardas”. A título de exemplo, no Engenho Bom Jardim “achavam-se vários guardas, sendo alguns dos designados para o serviço da guerra”, protegidos pelo senhor José Pereira. Em outras circunstâncias, nas ruas e arrabaldes, pessoas anônimas alinhadas aos senhores de engenho desmistificavam as ações militares e desestimulavam a apresentação de guardas em dias de revista e qualificação nos quartéis e comandos superiores¹⁹.

Conluíus entre senhores, rebeldes e fujões, existiram durante todo o período de duração da Guerra do Paraguai. Em São Miguel, oficiais reformados da Guarda Nacional desestimulavam potenciais recrutas ao detalharem os cruéis destinos reservados àqueles que marchassem aos campos de batalha. Durante o mês de novembro de 1867, João Corrêa de Araújo, Tenente Coronel Comandante do 6º Batalhão da Guarda Nacional de São Miguel, conseguiu reunir 120 praças sob seu

¹⁶Ofício enviado por José Batista, Tenente Coronel Comandante do 17º Batalhão da Guarda Nacional em Anadia, a João Batista Gonçalves Campos, Presidente da Província das Alagoas, denunciando conluíus entre fazendeiros e guardas nacionais desertores. Anadia, 27 de setembro de 1865. Consultado no acervo do APA. Caixa 1988.

¹⁷Ofício enviado por José Apolinário, Capitão Comandante Interino do 12º Batalhão da Guarda Nacional da Vila de Passo, a Galdino Augusto da Natividade e Silva, Presidente da Província das Alagoas, afirmando ter libertado um recruta a pedido de um senhor de engenho. Vila de Passo, 23 de maio de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 2769.

¹⁸Ofício enviado por Vicente Ferreira Gonçalves, Tenente Comandante Superior da 5ª Companhia da Guarda Nacional em Duas Bocas, a Barnabé Pereira da Rosa, Tenente Coronel Comandante do 3º Batalhão da Guarda Nacional na Vila do Norte, solicitando instruções para agir contra guardas nacionais desertores. Santa Luzia do Norte, 12 de outubro de 1865. Disponível no acervo do APA. Caixa 1988.

¹⁹Ibidem.

comando, convencendo-os a marchar em direção à Maceió, onde deveriam ficar à disposição de autoridades superiores²⁰.

Apesar do expressivo número de voluntários, Corrêa de Araújo encontrava certa dificuldade para aprisionar outros 50 designados exigidos pela presidência provincial. Alguns dias antes do massivo recrutamento realizado por Corrêa de Araújo, os Capitães reformados Manoel Pinto de Araújo e Belarmino Pinto de Araújo, “por má vontade” ou por envolverem-se no que não lhes dizia respeito, “encarregavam-se de ostensivamente, nas ruas” de São Miguel, “despersuadir e desanimar o povo para não marchar, dizendo que os que fossem não mais voltariam”²¹.

Em fevereiro de 1869, uma patrulha comandada por Manoel de Moraes Sarmiento, Capitão Comandante Geral Interino, após realizar uma incursão na Vila da Palmeira, conseguiu aprisionar alguns soldados. No traslado entre a vila e a capital provincial, um dos aprisionados, em conluio com o guarda José Leite dos Santos, conseguiu escapar e fugir para lugares desconhecidos. Na ocasião, José Leite era o responsável pela vigília dos aprisionados. Indignado com a prevaricação exercida pelo guarda sentinela, Manoel Sarmiento determinou seu imediato aprisionamento como forma de punição pela irresponsabilidade cometida²².

Ainda em 1869, cerca de dois meses após a fuga facilitada na Vila da Palmeira, João Fernandes de Sales aproveitou o cair da noite para atacar uma patrulha em Penedo e pôr em liberdade o recruta José Saturnino de Barros Leite. A operação executada por Fernandes Sales, longe de ser improvisada, estava amparada no apoio irrestrito do Escrivão Joaquim da Natividade Reis Caco, “o qual, não só se prestou a esconder o mesmo recruta, como deixou o dito Sales insultar a polícia e convidar a diversas pessoas para se armarem de cacete contra a mesma polícia”²³.

Em tempos de guerra, sofisticadas formas de disfarce, ao menos temporariamente, atendiam aos interesses daqueles que se escondiam da sufocante vigilância de patrulheiros e recrutadores. Na documentação, encontramos ao menos dois episódios de mudança de identidade e pretensão anonimato. O primeiro, ocorrido em maio de 1869, retratou o caso de um homem chamado Antônio Isidoro de Santa Ana, supostamente passando-se por indígena na região de Porto Real do Colégio²⁴.

²⁰Ofício enviado por João Corrêa de Araújo, Tenente Coronel Comandante do 6º Batalhão da Guarda Nacional de São Miguel, a Antônio Moreira de Barros, Presidente da Província das Alagoas, detalhando a realização de recrutamentos para a Guerra do Paraguai. 6º Batalhão da Guarda Nacional de São Miguel, 18 de novembro de 1867. Disponível no acervo do APA. Caixa 1344.

²¹Ibidem.

²²Ofício enviado por Manoel de Moraes Sarmiento, Capitão Comandante Geral Interino, a Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, detalhando a realização de recrutamentos para a Guerra do Paraguai. Secretaria do Corpo de Polícia em Maceió, 22 de fevereiro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 2259.

²³Ofício enviado por Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, a José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província das Alagoas, denunciando o arrebatamento de um homem recrutado para a Guerra do Paraguai e solicitando imediatas orientações sobre como proceder diante de tal situação. Secretaria do Corpo de Polícia em Maceió, 30 de abril de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 670.

²⁴Ofício enviado por Antônio Félix Pinheiro, Subdelegado de Polícia de Porto Real do Colégio, a Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, informando ter aprisionado um possível impostor,

De mudança para Porto Real do Colégio, Antônio Isidoro foi inquirido por autoridades policiais comandadas pelo Subdelegado Antônio Félix Pinheiro. As poucas informações relatadas pelo inquirido são surpreendentes. Na ocasião, ao ser perguntado sobre sua naturalidade, Isidoro relatou ter nascido no Termo Pé Leve, localizado em Anadia. Do ponto de vista étnico, afirmou ser indígena, garantindo afastamento das hostes militares por algum período²⁵. Tal farsa era sustentada, inclusive, sob conhecimento e apoio de João Vieira da Silva Dantas, Diretor Parcial do Aldeamento de Porto Real do Colégio. Legalmente, somente recrutadores autorizados pela Diretoria Geral dos Índios poderiam recrutar indígenas. Essa especificidade concedia a Antônio Isidoro uma centelha de esperança em meio ao iminente aprisionamento que o aguardava²⁶.

Apesar disso, o disfarce elaborado por Antônio Isidoro acabou sendo descoberto pela astúcia de Antônio Félix Pinheiro. Um deslizamento cometido durante a inquirição foi suficiente para sentenciar seu envio ao quartel militar de Maceió. Na ocasião, a despeito de possuir certa idade, o inquirido somente afirmou ter se reconhecido indígena vários meses após ter chegado à Porto Real do Colégio, colocando em suspeição a fidelidade do que estava sendo informado. Isidoro poderia ser um indígena voltando ao aldeamento, no entanto, ao ter sido julgado como impostor, foi aprisionado e colocado em um navio com destino à capital provincial²⁷.

Casos de disfarce, contudo, não foram exercidos somente por supostos impostores. Na Alagoas provincial, escravizados fugidos também alinhavavam ocultações e constituíam meios de manterem-se afastados dos recrutamentos militares mediante requintadas experiências de dissimulação. Em fins de 1869, um negro chamado Agostinho, pertencente ao Corpo de Polícia da Província das Alagoas, tornou-se alvo de recrutadores na região de Pão de Açúcar²⁸. Agostinho, utilizando nome fictício, conseguiu burlar a mira de autoridades policiais por um significativo período. Incorporado ao corpo de polícia, rapidamente passou de um mero escravizado a recrutador disfarçado. Em meio ao caos provocado pela guerra, as façanhas e dissimulações protagonizadas pelo falsário, ao que tudo indica, também representaram um suspiro de liberdade²⁹.

No entanto, apesar das sofisticadas artimanhas de ocultação, Agostinho acabou sendo interrogado por autoridades policiais em Pão de Açúcar. Durante a inquirição, revelou ter mudado de nome para se esconder de sua proprietária, a viúva Maria do Nascimento Moreno, senhora abastada

destinando-o aos combates na Guerra do Paraguai. Porto Real do Colégio, 29 de maio de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 2259.

²⁵Ibidem.

²⁶Ibidem.

²⁷Ibidem.

²⁸Ofício enviado por Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, a José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província das Alagoas, informando ter aprisionado um escravizado da Província de Pernambuco na região de Pão de Açúcar. O suposto transgressor utilizava identidade falsa e conseguira agregar-se ao Corpo de Polícia da Província das Alagoas. Secretaria de Polícia em Maceió, 20 de dezembro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 670.

²⁹Ibidem.

residente na Comarca de Pajeú das Flores, em Pernambuco³⁰. A frustrada experiência de liberdade encenada pelo impostor, a despeito de certa eficácia, não resistiu a atenta vigilância dos recrutadores³¹.

Após ter sido desmascarado, Agostinho foi desligado do Corpo de Polícia da Província das Alagoas e encarcerado em Maceió. Diante de tais circunstâncias, autoridades policiais aguardavam meios para enviá-lo a Maria Moreno. No dia seguinte ao encarceramento, em resposta ao ofício enviado pelo Corpo de Polícia da Província das Alagoas, o juiz municipal do Termo de Ingazeira de Pajeú, pertencente à Província de Pernambuco, solicitou imediata “prisão e remessa do referido escravo”³².

Nas ocasiões mais inesperadas, homens aprisionados quase sempre buscavam formas de expressar protagonismos e ojeriza aos serviços militares. Por um lado, lendo atentamente a massa documental consultada, encontramos cerca de 19 documentos em que se demonstrou como soldados aprisionados elaboravam artimanhas para escapar dos calabouços da Província das Alagoas durante a Guerra do Paraguai. Por outro, ao menos 40 documentos compulsados apresentaram distintas formas de deserção e fuga na Alagoas provincial, sem que para isso houvesse necessidade de se utilizar força física contra recrutadores, sentinelas e demais autoridades constituídas. As páginas seguintes, em grande medida, serão escritas a partir dos casos mais inusitados de fugas e deserções evidenciados pelas fontes históricas pesquisadas.

INDÍGENAS E CORRELIGIONÁRIOS TECENDO MALHAS DE SOLIDARIEDADE CONTRA OS RECRUTAMENTOS

Desde o início da guerra, homens recrutáveis encontravam formas muito eficazes para driblar patrulhas recrutadoras. Na Vila de Imperatriz, em princípios de 1865, potenciais recrutas, temendo aprisionamentos ilegais, passavam o dia em afazeres cotidianos e, ao cair da noite, retiravam-se aos matagais, onde montavam redes de solidariedade com outros fugitivos, preparavam-se contra diligências noturnas e podiam desfrutar de um certo alívio momentâneo³³.

³⁰Cópia do “Auto de perguntas feitas ao soldado de polícia José Félix”. Secretaria de Polícia em Maceió, 20 de dezembro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 670.

³¹Ibidem.

³²Ofício enviado por Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, a José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província das Alagoas, informando ter recebido um ofício do juiz municipal do Termo de Ingazeira de Pajeú, pertencente à Província de Pernambuco, solicitando o envio do escravizado impostor apanhado na região de Pão de Açúcar. Secretaria de Polícia em Maceió, 21 de dezembro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 670.

³³Ofício enviado por José de Melo e Vasconcelos Bastos, Conferente Interino, a João Gomes de Araújo Viana, Subdelegado e Chefe de Polícia da Província das Alagoas, denunciando a realização de recrutamentos arbitrários na Vila de Imperatriz. Aproveitou a oportunidade para endossar as dificuldades encontradas durante alistamentos de novos voluntários, tendo em vista a rede de solidariedades montada nas matas da região. Vila de Imperatriz, 29 de janeiro de 1865. Disponível no acervo do APA. Caixa 197.

Nas matas, utilizando a definição de Eurípedes Funes, homens fugidos reconquistavam a liberdade cerceada por agentes estatais e outros senhores poderosos (Funes, 2023). Desse modo, em dezembro de 1865, indígenas do Aldeamento do Cocal, em conluio com Manuel Valentim, ultrapassaram os limites provinciais e buscaram se refugiar em uma reserva florestal denominada “Sertãozinho”, pertencente a Aldeia do Riacho do Mato. Preocupado com a fuga de indígenas, José Rodrigues Leite Pitanga, Diretor Geral dos Índios da Província das Alagoas, solicitou a captura e envio dos indígenas refugiados em Pernambuco³⁴.

Após terem realizado algumas diligências, autoridades de Pernambuco conseguiram prender os indígenas Manoel Mendes, João Inácio e Joaquim José de Santana. Posteriormente, os aprisionados foram entregues ao diretor parcial do Aldeamento do Cocal. No entanto, apesar dos esforços, “os referidos índios de novo fugiram para o mesmo Sertãozinho”, sob a companhia de outros indígenas “pertencentes às aldeias” da Província das Alagoas³⁵. Em outubro de 1866, cobrado sobre a baixa quantidade de indígenas recrutados para a Guerra do Paraguai, Leite Pitanga enviou um ofício a José Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, elencando motivos para as recorrentes deserções e fugas de indígenas das patrulhas recrutadoras. Naquele período, de acordo com Pitanga, diversos senhores de engenho reclamavam mão de obra indígena para fazerem o replantio dos canaviais³⁶.

Em atendimento aos reclames dos correligionários, Pitanga havia solicitado uma certa flexibilização nos recrutamentos de indígenas, ao menos enquanto estivessem envolvidos nos plantios canavieiros. Por outro lado, aqueles que não se encontravam servindo como mão de obra explorada nos engenhos, estavam “disseminados pelas matas”. Fugas para florestas eram um imenso obstáculo a ser superado pela Diretoria Geral dos Índios, pois, sempre que possível, nas matas os indígenas encontravam proteção e alento³⁷.

Em Alagoas, na região de São Bento, para burlarem os recrutadores, guardas nacionais ocultavam-se nas florestas e, posteriormente, mudavam-se definitivamente para novos domicílios. Muitas vezes, guardas de São Bento permaneciam escondidos das patrulhas durante longos períodos. Nos casos em que recrutadores mais atentos conseguiam rastreá-los, desertores alinhavavam novas

³⁴Ofício em que o Engenheiro Manoel Cândido Rocha de Andrade detalhou o envio de indígenas homiziados na Aldeia do Riacho do Mato ao Aldeamento do Cocal durante a Guerra do Paraguai. Colônia Militar Leopoldina, 28 de dezembro de 1865. Disponível no acervo do APEJE. Série Petições – Índios (Séculos XIX – XX). Folha: 81.

³⁵Ibidem.

³⁶Ofício enviado por José Rodrigues Leite Pitanga, Diretor Geral dos Índios da Província das Alagoas, a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, prestando contas sobre os recrutamentos de indígenas para a Guerra do Paraguai. Engenho Riachão, 08 de outubro de 1866. APA. Caixa 1145.

³⁷Ibidem.

fugas entre as matas da região norte e conseguiam, mais uma vez, adiar ou até mesmo evitar a ida ao teatro da guerra³⁸.

No mesmo período, autoridades policiais da Vila da Palmeira encarceraram os indivíduos Antônio Rodrigues e José Alexandre de Oliveira, “ambos pertencentes ao coito de criminosos” que transitava ao largo das “matas do Mucambo e Maraba”, locais reconhecidos por abrigarem indígenas desertores e conflituosos. Alianças entre fugidos, transgressores e outros agentes sociais, de toda forma, extrapolavam os limites territoriais impostos pelas autoridades em diversas regiões provinciais³⁹.

Nos domínios de Mata Grande, à título de exemplificação, um guarda nacional desertou dos serviços militares, seguiu à Pão de Açúcar e conseguiu ultrapassar a fronteira provincial, encontrando apoio e proteção na Província de Sergipe. Diante de tal afronta, Pedro Vieira Júnior, Comandante Superior do Batalhão de Mata Grande, solicitava imediata solução ao presidente provincial, buscando reaver o guarda evadido para além das fronteiras de Alagoas⁴⁰.

Em outras localidades, até mesmo o clima frio e chuvoso era capaz de suscitar estratégias de resistência por parte de soldados desertores. Em Penedo, potenciais recrutas aproveitaram o inverno de 1866 para se esconderem dos diligentes patrulheiros⁴¹. Ao menos entre maio e agosto daquele ano, diversos recrutamentos foram interrompidos na região de Penedo em virtude do tempo chuvoso⁴². Tempos de guerra eram tão incertos que até mesmo oficiais de significativo relevo social aproveitavam os momentos mais oportunos para desertarem dos serviços militares. No início de 1865, João Sabino da Silva, Capitão e Comandante Superior do Batalhão de Porto de Pedras, resolveu evadir-se para outras localidades sem a anuência de Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Comandante do Corpo de Polícia da Província das Alagoas⁴³.

³⁸Ofício enviado por Mendonça Vasconcelos, Tenente Coronel Comandante do Batalhão nº 14, a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, justificando a ínfima quantidade de voluntários angariados na Povoação de Barra Grande, mata norte da Província das Alagoas. Quartel do Comando do Batalhão nº 14, em Barra Grande, 01 de abril de 1867. APA. Caixa 2769.

³⁹Ofício enviado por Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, a José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província das Alagoas, prestando contas sobre recrutamentos de soldados em Penedo e Palmeira para a Guerra do Paraguai. Secretaria do Corpo de Polícia em Maceió, 13 de outubro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 670.

⁴⁰Ofício enviado por Pedro Vieira Júnior, Comandante Superior do 22º Batalhão da Guarda Nacional na Vila da Mata Grande, a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, solicitando imediatas soluções para reaver um guarda nacional desertor evadido para a Província de Sergipe. Vila da Mata Grande, 13 de dezembro de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

⁴¹Ofício enviado por Teotônio Rubens Silva, Comandante Superior da Guarda Nacional de Penedo e Porto da Folha, a Galdino Augusto da Natividade e Silva, Presidente da Província das Alagoas, justificando a suspensão de qualificações para a Guerra do Paraguai durante o período invernos. Comando Superior da Guarda Nacional de Penedo e Porto da Folha, 22 de maio de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

⁴²Ofício enviado por Teotônio Rubens Silva, Comandante Superior da Guarda Nacional de Penedo e Porto da Folha, a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, justificando a suspensão de qualificações para a Guerra do Paraguai durante o período invernos. Comando Superior da Guarda Nacional de Penedo e Porto da Folha, 25 de agosto de 1866. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

⁴³Ofício enviado por Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, a José Martins Pereira de Alencastro, Presidente da Província das Alagoas, denunciando a suposta deserção do Capitão João

Entre idas e vindas, João Sabino ilegalmente afastou-se do comando superior de Porto de Pedras durante dois anos, mudando-se, definitivamente, para regiões desconhecidas. Na documentação, apesar de termos realizado leituras muito acuradas, não encontramos menções às supostas sanções ou punições exercidas contra o Capitão João Sabino. De toda forma, conforme ficou demonstrado, o comando superior de Porto de Pedras vivenciou períodos de desestruturações e incertezas desde os primeiros momentos da guerra⁴⁴.

Quando o encarceramento era inevitável, homens aprisionados, tanto em Alagoas quanto em outras províncias do Norte, também elaboravam estratégias de resistência e autonomia contra as hostes militares. No primeiro semestre de 1867, diversas cadeias da Província de Pernambuco foram objeto de invasões protagonizadas por comparsas de soldados aprisionados para a Guerra do Paraguai⁴⁵. Na Vila do Pau d'Alho, em Pernambuco, mais de duas dezenas de homens facilitaram uma fuga em massa de potenciais soldados em um episódio social próximo de uma rebelião. Corria o mês de março de 1867 e, naquele período, obstinado a arrebatrar soldados encarcerados, “um grupo de mais de duzentos homens armados assaltou a cadeia da Vila do Pau d'Alho, da qual tirou todos os recrutas e criminosos que nela estavam”⁴⁶.

Ainda na região de Pau d'Alho, um bando composto por aproximadamente 200 integrantes invadiu o Engenho Caiará, propriedade do Tenente Coronel Luiz Francisco de Barros Rêgo. Dessa vez, mediante ações armadas, os insurretos decidiram enfrentar e roubar o poderoso Tenente Luiz Francisco, a fim de melhorar o equipamento do bando. Na ocasião, roubaram-lhe “sessenta e tantas granadeiras e dois mil cartuchos embalados”. Tal arsenal bélico, adquirido para equiparar guardas nacionais recrutadores, através de uma manobra inesperada, passou a compor o aparato militar dos revoltosos⁴⁷.

Não sabemos qual foi o paradeiro dos duzentos revoltosos. Dois ou três revoltosos praticando ações armadas apareceram com mais frequência na documentação analisada. Já duas centenas de homens bem articulados e destemidos, apesar de terem sido encontrados em menor frequência, foi suficiente para demonstrar que as pessoas “menos importantes” não estavam alheias ao contexto dos recrutamentos. Tanto é verdade que, temendo novos levantes, Francisco de Paula da Silveira Lobo, Presidente da Província de Pernambuco, solicitou a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da

Sabino da Silva, Comandante Superior do Batalhão de Porto de Pedras, ao tempo em que solicitava severa punição contra o transgressor. Secretaria do Corpo de Polícia em Maceió, 03 de novembro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 944.

⁴⁴Ibidem.

⁴⁵Ofício enviado por Francisco de Paula da Silveira Lobo, Presidente da Província de Pernambuco, a José Martins Pereira de Alencastre, Presidente da Província das Alagoas, solicitando apoio militar para conter revoltosos inconformados com os recrutamentos de soldados na Vila de Pau d'Alho. Palácio do Governo de Pernambuco, 27 de março de 1867. Disponível no acervo do APA. Caixa 1852.

⁴⁶Ibidem.

⁴⁷Ibidem.

Província das Alagoas, o urgente e seguro envio de praças e armas para reestabelecer a ordem em regiões de conflitos. Naquela altura, Silveira Lobo desconfiava até mesmo dos comandantes de outros batalhões a ele subordinados⁴⁸.

Meses depois, em agosto de 1868, outra cadeia da Província de Pernambuco tornou-se alvo de uma operação de resgate. Dessa vez, “Juvino Martins e Laurindo Gomes de Sá, reunidos a outros, atacaram a cadeia da Vila de Floresta na Comarca de Tacaratu”. Por volta da meia-noite, após atearem fogo no sentinela destacado, levando-o à óbito, os libertadores marcharam ao calabouço e facilitaram a fuga de Antônio Mendes de Sá⁴⁹. Momentos depois, quando o bando esteve reunido, achou-se prudente atrapalhar ações investigativas e driblar autoridades retirando-se para outras localidades. Temendo o impune regresso dos envolvidos no ataque à cadeia de Floresta, Francisco Pereira da Rocha, Presidente da Província de Pernambuco, solicitou cooperação a Silvério de Araújo Jorge, Presidente da Províncias das Alagoas, para persegui-los e aprisioná-los, caso ousassem ultrapassar as fronteiras entre a Bahia e Alagoas, possivelmente, na região da Vila da Mata Grande⁵⁰.

O arrombamento de instalações carcerárias costumava pôr em liberdade supostos criminosos “sentenciados” a marchar para a guerra. Em Maceió, durante o mês de março de 1869, 11 aprisionados aproveitaram ataques e outras facilidades para fugir da cadeia. No mesmo período, “evadiram-se da cadeia da Palmeira dos Índios, seis criminosos e dois escravos, devido à má segurança da mesma cadeia”. Naquela ocasião, considerados cúmplices dos fugitivos, três soldados que estavam de vigília acabaram sendo processados por autoridades locais⁵¹.

Em novembro de 1869, uma fuga espetacular ocorrida na cadeia de Maceió deixou diversas autoridades em perplexa curiosidade. Ao raiar do dia, Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, encontrou o cárcere da capital com portas arrombadas. Durante a ação, evadiu-se “felizmente só um único preso condenado a doze anos de prisão”. Inconformado com o desfecho de uma evasão bem-sucedida, Delfino Albuquerque decidiu averiguar as instalações carcerárias em que o fugitivo estava detido⁵².

⁴⁸Ibidem.

⁴⁹Ofício enviado por Francisco de Assis Pereira da Rocha, Presidente da Província de Pernambuco, a Silvério Fernandes de Araújo Jorge, Presidente da Província das Alagoas, solicitando apoio militar para conter criminosos evadidos para a Província da Bahia. Palácio do Governo de Pernambuco, 06 de agosto de 1868. Disponível no acervo do APA. Caixa 1852.

⁵⁰Ibidem.

⁵¹Relatório criminal enviado por Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, a José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província das Alagoas, detalhando crimes e debandadas ocorridas na Província das Alagoas durante a Guerra do Paraguai. Secretaria da Polícia em Maceió, 05 de março de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 670.

⁵²Ofício enviado por Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, a José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província das Alagoas, informando-o sobre o arrombamento da cadeia de Maceió e decorrente fuga de um suposto criminoso condenado durante a Guerra do Paraguai. Secretaria da Polícia em Maceió, 19 de novembro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 670.

No piso de madeira da última sela coligada a Santa Casa de Misericórdia, Delfino encontrou “uma tábua bastante grossa do mesmo assoalho sem estar pregada, ao que parece, muito tempo”. Apesar de ter frequentado a cadeia por diversas vezes, o fugitivo, na perspectiva de Delfino Albuquerque, não teria tempo, nem muito menos condições suficientes, para arrancar uma tábua daquela magnitude sem atividades colaborativas. Ao que tudo indica, o buraco entre o assoalho e os alicerces da cadeia serviu como via escapatória ao fugitivo. Diante de tais suspeitas, três praças responsáveis que estavam de plantão na noite da fuga foram aprisionados, enquanto investigadores tentavam encontrar o fujão e possíveis comparsas⁵³.

Apesar da efetiva fuga constatada nas dependências da cadeia de Maceió, escavações clandestinas também eram utilizadas por potenciais fugitivos em outras unidades prisionais das Alagoas. Na região de Penedo, em setembro de 1869, o Delegado Joaquim José dos Santos Paturi Júnior, em ofício enviado à Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, denunciou o aparecimento de “uma soleira escavada e muito bem adiantado o escavamento” na delegacia de polícia de Penedo⁵⁴.

Nas cadeias, aprisionados que não tinham o privilégio de serem arrebatados, tentavam fugir utilizando diversas estratégias. Ainda em setembro de 1869, ao fazerem uma revista nos presos da cadeia de Maceió, soldados comandados pelo Alferes Guilherme José da Trindade ficaram perplexos ao encontrarem o detento Marcelino portando ilegalmente uma “chave de desatarraxar parafuso”. De acordo com Trindade, Marcelino estava aguardando o cair da noite para retirar os parafusos da fechadura e facilitar uma estratégica fuga noturna. Infelizmente, a sagacidade de Marcelino, naquela oportunidade, não surtiu efeitos muito positivos⁵⁵.

Até agora, demonstramos como soldados e homens recrutáveis, indígenas ou não, constituíram, na maioria dos casos, formas de resistências menos conflitivas para driblar os truculentos métodos de recrutamentos utilizados durante a Guerra do Paraguai. Nesse sentido, como vimos fartamente, protagonizavam-se deserções, disfarces e fugas estratégicas, muitas vezes, sob a anuência de comparsas e até mesmo de autoridades policiais. Contudo, nem sempre era possível exercer resistências menos enérgicas.

Diante da considerável quantidade de fontes documentais consultada, encontramos diversos casos em que homens recrutáveis e outros agentes histórico, incluindo indígenas, protagonizavam

⁵³Ibidem.

⁵⁴Ofício enviado por Joaquim José dos Santos Paturi Júnior, Delegado de Polícia da Vila de Penedo, a Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, denunciando a ocorrência de escavações clandestinas na referida delegacia durante a Guerra do Paraguai. Delegacia de Polícia de Penedo, 02 de setembro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 1669.

⁵⁵Ofício enviado por Guilherme José da Trindade, Alferes Comandante da Guarda da Cadeia em Maceió, a Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, Chefe de Polícia da Província das Alagoas, alertando-o sobre a apreensão de uma chave que seria utilizada para facilitar a fuga de detentos durante a Guerra do Paraguai. Maceió, 05 de setembro de 1869. Disponível no acervo do APA. Caixa 1669.

cenas de embates e ataques armados contra patrulhas recrutadoras nas mais distintas conjunturas sociais, tanto na Província das Alagoas, como em outras regiões do Norte imperial. Conforme discutimos em outro texto bem mais denso (Rocha, 2025), as práticas de resistência utilizadas por indígenas e outros agentes sociais durante os recrutamentos se resumiam em distintas leituras de mundo utilizadas para evitar ou retardar a ida aos campos de batalha. Naquele contexto social, tais estratégias de sobrevivência tornaram-se cruciais diante do caos instaurado pelo estado de guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alvaro; FERREIRA, Maristela da Silva. Rosa da Fonseca – a matriarca dos Fonseca. In: ALVES, Alvaro; FERREIRA, Maristela da Silva; SOBRINHO, Antonio Ferreira (Orgs.). *Dona Rosa da Fonseca: patrono da família militar*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Estudos da História Militar do Exército, 2021, p. 62-75.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Decreto nº 73 de 6 de abril de 1841. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-73-6-abril-1841-561206-publicacaooriginal-84694-pe.html>. Acesso em 25 de jan. 2024.

FUNES, Eurípedes. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2023.

IZECKSON, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 386-424.

PALITOT, Estêvão Martins. Marcos, rumos, posses e braços quadradas: refazendo os caminhos da demarcação da Sesmaria dos Índios de Monte-Mór – Província da Parahyba do Norte (1866-67). *Outros Tempos*, v. 19, n. 34, p. 139-169, 2022.

ROCHA, Adauto Santos da. *Indígenas em marcha: recrutamentos e resistências na Província das Alagoas durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)*. 2025. 450f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

SILVA, Edson. “A história contada pelos que voltaram”: história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai. *Diálogos*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 1043-1063, set-dez/2015.